



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambé – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SABOEIRO-CE, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DA PORTARIA NS. 17 E 25/2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO DA JUSTIÇA DOS DIAS 28 DE FEVEREIRO E 7 DE MARÇO DE 2014, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.**

No dia 12 (doze) do mês de março de 2014, às 08:00 horas, na Secretaria da Vara Única da Comarca de Saboeiro, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Neuter Marques Dantas Neto, o Diretor de Secretaria Josimário Freire de Amorim, e demais servidores lotados na unidade, teve início a inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos acima epígrafados. Ausente em virtude de se encontrar na Comarca de Lavras da Mangabeira, realizando audiência na Justiça Eleitoral, o Dr Túlio Eugênio dos Santos, titular da referida Comarca e atualmente respondendo pela Comarca de Saboeiro-CE. Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria. Após a conferência dos dados constantes do mencionado formulário, iniciou-se o exame das ações em curso no Juízo, priorizando-se a análise em relação às ações referentes aos presos provisórios e sentenciados, além das cartas precatórias, mandado de segurança, ação de improbidade administrativa e ação civil pública. Por amostragem, foram analisados os processos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010, processos conclusos com prazos excedidos e aqueles que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária.

Foram analisados e despachados 160 (cento e sessenta) feitos do acervo em tramitação (1.097 ações), tomando-se por base as informações constantes do SGEC, no mês de fevereiro de 2014, tendo sido planilhados no sistema 120 (cento e vinte) processos.

**METAS CNJ:** Constataram-se 4 (quatro) processos da Meta 02 de 2009 e 4 (quatro) processos da Meta 02 de 2010.

**Quanto às cartas precatórias:** verificou-se pequena quantidade de cartas precatórias, 32 (trinta e duas) no total, sendo que todas estão com andamento regular e/ou aguardando realização de audiência.

**ESTATUTO DO IDOSO:** As causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo assim expressa disposição legal. Registre-se que todos os feitos, no total de 2 (duas) contam com etiqueta identificadora.

**TRIBUNAL DO JÚRI:** Existem 5 (cinco) processos prontos para irem a júri. A última sessão ocorreu na data de 10 de maio de 2013.

Verificou-se que os **mandados de prisão** expedidos pela unidade indicam o prazo de validade com base na causa extintiva da punibilidade, atendendo assim expressa recomendação do CNJ.

**Ações afetas ao Juizado da Infância e da Juventude:** Existem 27 (vinte e sete) ações, sendo que apenas 8 (oito) delas envolvem internação provisória ou definitiva de menor.

Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso	Conteúdo Sigiloso

**AÇÕES CÍVEIS:** A Unidade possui 721 (setecentos e vinte e um) feitos cíveis. No geral, as demandas estão com marcha processual apropriada. Não havendo registro de mora acentuada que mereça registro. Há, sim, pequenos atrasos pontuais, todavia, não comprometem o trabalho desempenhado pelo magistrado em responsabilidade.

**ACÕES CRIMINAIS:** analisadas as ações de réus presos provisórios, num total de 1 (um) encarcerado, não se detectando irregularidades.

**AUDIÊNCIAS:** O Juiz em responsabilidade realiza audiências na Comarca eventualmente às quintas-feiras.

**PROJETO PAI PRESENTE:** O projeto encontra-se em pleno funcionamento com expedição de notificações e audiências de reconhecimento designadas com bastante frequência. O índice de reconhecimento chega a 30% (trinta por cento). Verificou-se, todavia, que os reconhecimentos de paternidade são enviados para o fórum, quando deveriam ser apresentados diretamente no Cartório de Registro Civil a fim de se evitar perda de tempo e asseverar ainda mais o Poder Judiciário.

**DEMAIS MATÉRIAS:** O quadro de Agentes de Proteção da Infância e Juventude não se encontra instalado. Não há Defensor Público em atuação no módulo judiciário. A Vara tem como representante do Ministério Público o Dr. Aureliano Rebouças Júnior. Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte: i) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); ii) O magistrado em responsabilidade está cadastrado nos sistemas Infojud, Renajud e Bacenjud (META 8 de 2009); iii) O juiz concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); iv) Encontra-se implantado na unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011); v) O atendimento ao público ocorre no período das 8 às 18 horas; vi) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; vii) quando considerados os doze meses de 2013, de acordo com dados extraídos do SGEC, constata-se que a Meta 1 de 2013 não está sendo atingida, uma vez que foram distribuídos 488 processos e julgados 257; viii) Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ: os mandados encontram-se cadastrados.

**LIVROS:** foram analisados os livros da Vara que encontram-se pormenorizadamente descritos em ficha própria.

**INSTALAÇÕES FÍSICAS DO FÓRUM:** Com relação às instalações físicas da unidade, verificou-se que a Comarca se encontra em razoáveis instalações. Há instalação adequada para o

acesso de pessoas com necessidades especiais e banheiro construído para esse fim. Constatou-se, também, que os equipamentos (computadores e impressoras) existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação (5 PC's e 3 impressoras). Não há segurança no Fórum, posto que a Polícia Militar informou não dispor de efetivo suficiente para tanto. Não há guardas municipais em Saboeiro/CE. Não existe monitoramento por câmeras de vídeo no Fórum.

**RESIDÊNCIA OFICIAL:** Existe uma casa oficial que foi cedida ao Município de Saboeiro, conforme convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça e o Município, localizando-se na Rua Vereador Elísio Florentino Teixeira, s/n, Centro, nesta Urbe, encontrando-se em razoável estado de conservação.

**SERVIDOR(ES):** A unidade conta com 3 (três) servidores, sendo 1 (um) Analista Judiciário (Diretor de Secretaria), 1 (um) Auxiliar Judiciário e 1 (um) cedido pela Prefeitura Municipal.

**CENTRAL DE CONCILIAÇÃO:** Não foi instalada, porém, existe um conciliador que foi nomeado para as questões envolvendo o Juizado Especial.

**BOAS PRÁTICAS:** Foram colocadas etiquetas indicativas de metas, idosos e inventários, nos processos cíveis e criminais para facilitar a localização.

**CONSELHO DA COMUNIDADE:** Foi instalado, porém, os seus membros foram para outra Comarca, sendo necessário o preenchimento dessas vagas.

**PROCESSOS ADMINISTRATIVOS:** Não existem processos administrativos em trâmite na Unidade inspecionada.

**RECLAMAÇÕES:** Não foram registradas reclamações específicas quanto ao desempenho do Juízo.

**CADEIA PÚBLICA:** A Comarca possui uma cadeia pública localizada na Praça da Bandeira, s/n, e conta com 3 (três) celas para presos do sexo masculino e 1 (uma) para detentas. As instalações estão em bom estado de conservação. A cadeia abriga atualmente 12 (doze) presos, sendo 5 (cinco) no regime fechado, 4 (quatro) no semiaberto e 3 (três) no aberto, desses 1 (uma) é mulher. O banho de sol ocorre todos os dias de 09 às 11:00 h. As visitas ocorrem às quartas-feiras e domingos das 09:00 às 11:00 horas. Merece destaque a situação dos seguintes detentos: 1) Joana D'Arc de Sousa, presa por ordem do Magistrado da 2ª Vara de Iguatu-CE, há quase 1 (um) ano; 2) João Paulo Barbosa; 3) Luiz Fernandes Filho;


**RECOMENDAÇÕES:** sem prejuízo de outras recomendações que venham a ser lançadas ao relatório final, foram formuladas as seguintes, já por ocasião do encerramento da inspeção: 1) deve haver especial empenho da unidade quanto ao cumprimento das Metas 2 de 2009 e 2 de 2010; 2) Utilização do Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) disponibilizado pelo TRE-CE nos termos da Portaria CRE-CE nº 11/2011; 3) Determinação ao Cartório de Registro de Pessoas que proceda ao reconhecimento de paternidade independentemente de ordem judicial, desde que presentes os requisitos legais, como forma de desburocratizar o Projeto Pai Presente; 5) Que o magistrado, embora esteja respondendo por outras unidades jurisdicionais, determine um dia na semana para estar presente na Comarca a fim de despachar, sentenciar e realizar audiências; 6) providenciar junto ao comando da Polícia Militar um policial para fazer a segurança do fórum.

Por fim, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção às 17h00min., do dia 12 de março de 2014, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão



os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Juiz Corregedor Auxiliar Neuter Marques Dantas Neto, pelo Juiz em responsência pelo módulo jurisdicional e pelo Diretor de Secretaria.



**Neuter Marques Dantas Neto**  
**Juiz Corregedor Auxiliar**



**Josimário Freire de Amorim**  
**Diretor de Secretaria**